



GASTO PÚBLICO
NO TERRITÓRIO E O
TERRITÓRIO DO GASTO
NA POLÍTICA PÚBLICA
UM ESTUDO SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DO
GASTO PÚBLICO NA CIDADE DE SÃO PAULO
2014-2017

**Tomás
Wissenbach**

Fundação
**Tide
Setubal**



TERRITÓRIO E POLÍTICA PÚBLICA



1 DIMENSÕES:

- Território certo para cada política
- Política certa para cada território

2 REGIONALIZAÇÃO:

- Gestão e governança da política setorial
- Integração com outras políticas públicas

3 FERRAMENTAS:

- Compartimentação do território para a gestão da política
- Planos regionalizados de governo
- Regionalização do orçamento

APENAS 3% DO ORÇAMENTO TEM A SUA LOCALIZAÇÃO INFORMADA



TABELA 1

GASTO PÚBLICO SELECIONADO, SEGUNDO CATEGORIZAÇÃO GEOGRÁFICA – 2014 A 2017 (Em milhões R\$ nominais)

| CATEGORIZAÇÃO GEOGRÁFICA | ORÇADO | | LIQUIDADO | |
|---|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Vi. Abs. | % | Vi. Abs. | % |
| Regionalizável - localização não informada | 67.605,36 | 76,3 | 48.677,99 | 75,3 |
| Regionalizável - localização informada | 5.238,39 | 5,9 | 2.118,56 | 3,3 |
| Suprarregional | 15.745,47 | 17,8 | 13.848,47 | 21,4 |
| Total | 88.589,22 | 100,0 | 64.645,02 | 100,0 |

Fonte: Relatório da execução orçamentária anual – Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal da Fazenda. Elaboração própria.

ESSE QUADRO AFRONTA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO



LOM / ARTIGO 137:

- 1** estabelece que: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos, e metas da administração pública municipal para as despesas de capital, e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.
- 2** Já o parágrafo 8º é bastante claro ao determinar que “A lei orçamentária anual identificará, individualizando-os, os projetos e atividades, segundo a sua localização, dimensão, características principais e custos.”

QUAIS AS IMPLICAÇÕES?



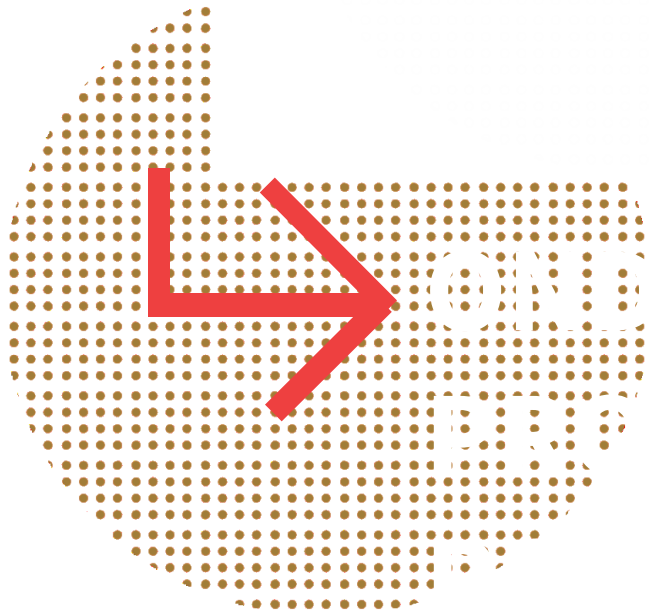
1 Dificulta o processo participativo na elaboração das peças orçamentárias

2 Impede o monitoramento efetivo do esforço orçamentário para a redução das desigualdades socioespaciais

3 Prejudica coordenação das ações de governo



Governo e sociedade estão meio do **nevoeiro**



**COMO ESTÁ O
PROBLEMA E O QUE
DEVE SER FEITO?**

MAPEAMENTO DAS BARREIRAS E OPORTUNIDADES



OBJETIVO:

Identificar principais barreiras e oportunidades de melhoria da informação

METODOLOGIA:

Entrevista e análise de dados públicos

AS PRINCIPAIS BARREIRAS



- 1** Não preenchimento do campo “Detalhamento da Ação”
- 2** Problemas nas informações detalhadas sobre a alocação dos funcionários públicos no território
- 3** Falta de identificação entre contratos de investimentos (como obras) e dotações orçamentárias
- 4** Falta de medição regionalizada dos contratos de prestação de serviços



Ausência de rotinas administrativas para a produção de **informação de qualidade sobre o orçamento público**

O QUE PODE SER FEITO (I)

- 1** Reforçar o comando legal para o preenchimento do detalhamento da ação
- 2** Criar rotinas automatizadas para padronização dos endereços e geocodificação da lotação dos servidores públicos
- 3** Adaptar o módulo de contratos do SOF para medição regionalizada dos contratos
- 4** Aprimorar as exigências de contratante e contratado a necessidade de prestação de contas territorializada

O QUE PODE SER FEITO (II)



5 Desenvolvimento de soluções tecnológicas que permitam:

Transformar arquivos em PDF de investimentos e/ou contratos públicos para formatos abertos

Extração dos dados do Diário Oficial do Município de São Paulo

Conexão dos sistemas eletrônicos SOF, SEI, SIGPEC



www.fundacaotidesetubal.org.br